3 DAS VAGAS

3.1 O Cadastro Reserva Excepcional destina-se a prover as vagas de estagiário de Direito dos órgãos de execução e/ou auxiliares do Ministério Público Estadual nos Municípios de Bonito, Bragança, Capanema, Capitão Poço, Nova Timboteua, Peixe-Boi, Salinópolis, Santa Luzia do Pará e São Miguel do Guamá, integrantes da Região Administrativa Nordeste II, na medida da demanda das unidades e de acordo com a disponibilidade orçamentário-financeira da Instituição.

4 DA CLASSIFICAÇÃO E DA SELEÇÃO

4.1 O Cadastro Reserva Excepcional será ordenado de acordo com a média geral dos candidatos cujas inscrições forem consideradas válidas, nos termos do subitem 2.1, com observância à ordem decrescente.

4.2 o Cadastro Reserva Excepcional será composto por acadêmicos regularmente inscritos e, ocorrendo a abertura de vagas, a seleção de novos candidatos dar-se-á a partir da análise curricular, constante dos respectivos históricos de rendimento escolar, da redação e da entrevista à que os candidatos serão submetidos.

5 DA INSCRIÇÃO

5.1 A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, das quais não poderá alegar desconhecimento.

5.2 As inscrições serão realizadas no período de 30/08 a 12/09/2018 e deverão ser efetuadas exclusivamente por intermédio do link "ESTÁGIO - INSCRIÇÃO", constante no endereço eletrônico do Ministério Público do Estado do Pará (www.mppa.mp.br).

5.3 A inscrição dos candidatos é gratuita.

5.4 Não será aceita a inscrição de acadêmico que esteja cursando o último semestre do curso objeto do presente Edital no segundo semestre letivo de 2018.

5.5 É vedada a inscrição condicional, extemporânea, via fax ou por correio eletrônico.

5.6 O Ministério Público do Estado do Pará não se responsabilizará por solicitação de inscrição não recebida por motivo de ordem técnica, falha de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores que venham a impossibilitar a transferência dos dados, ou ainda por falhas de digitalização dos documentos.

5.7 O candidato que concorrer a uma vaga na condição de pessoa com deficiência (PcD) deverá encaminhar ao Departamento de Recursos Humanos do Ministério Público, localizado na Rua João Diogo, nº 100, Bairro da Cidade Velha, Belém - Pará, CEP 66015-160, em até 2 (dois) dias úteis após o encerramento das inscrições, laudo médico que ateste a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID), bem como a provável causa da deficiência, acompanhado do comprovante de inscrição.

5.8 Encerrado o prazo de inscrição, os documentos dos candidatos serão analisados, sendo publicada a relação nominal das inscrições validadas e invalidadas no portal do Ministério Público do Estado do Pará (www.mppa.mp.br).

5.9 Do resultado final das inscrições validadas e invalidadas caberá recurso à Subprocuradoria-Geral de Justiça para área técnico-administrativa, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da publicação de que trata o item 5.8.

5.10 A declaração falsa ou inexata dos dados constantes no formulário eletrônico próprio determinará o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes, em qualquer época.

DO ENCAMINHAMENTO DO CANDIDATO PARA ENTREVISTA DE ESTÁGIO

6.1 Para ser encaminhado à entrevista de estágio, o candidato classificado será contatado pelo telefone e/ou e-mail informado no ato de inscrição, sendo de sua inteira responsabilidade a atualização dos respectivos contatos.

6.2 Será excluído do Cadastro Reserva Excepcional o candidato classificado que:

a) não for localizado em virtude de telefone e/ou e-mail desatualizado, incompleto ou incorreto;

b) desistir de concorrer à vaga de estágio.

6.3 Será deslocado para o final da lista de classificados o candidato que não comparecer, de forma injustificada, à entrevista de estágio ou se recusar a participar da entrevista na data, no local e nas demais condições estipuladas pelo Ministério Público do Estado do Pará.

6.4 O candidato selecionado para ocupar vaga de estágio somente poderá ser vinculado ao programa de estágio do Ministério Público do Estado do Pará se apresentar histórico fornecido pela instituição de ensino superior contendo média geral ou coeficiente de rendimento total que não poderá ser inferior a 7,0 (sete), bem como os demais documentos solicitados pelo setor competente.

Belém, Pará, 21 de agosto de 2018.

GILBERTO VALENTE MARTINS

Procurador-Geral de Justiça

Protocolo: 353196

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO

Partes: Ministério Público do Estado do Pará e FAGUNDEZ DISTRIBUIÇÃO LTDA.

Objeto Aquisição de 465(Quatrocentos e Sessenta e Cinco) Monitores de 21" WIDESCREEN, Modelo 22MP55PQ + Adaptador DP marca LG para atender as necessidades do Departamento de Informática Do Ministério Público do Estado.

Nº. da nota de empenho: 2017NE05902.

Dotação Orçamentária: UO: 12101; Programa de Trabalho: 03.126.1434.8326; Fonte 0112. Elemento de Despesa:4490-52.

Valor: R\$ 316.200,00 (Trezentos e Dezesesseis Mil e Duzentos Reais).

Data da Assinatura: 21/08/2018.

Ordenador Responsável: GILBERTO VALENTE MARTINS.

Protocolo: 353368

EXTRATO DE PORTARIA Nº 031/2018-CGMP/PA, DE 20 DE AGOSTO DE 2018

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo §3º do art. 30 da Lei Complementar Estadual nº 057, de 06/07/2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO o poder-dever da Administração Pública de apurar as supostas faltas cometidas por seus integrantes;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 17, V, da Lei Federal nº 8.625, de 12/02/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), c/c o art. 37, V, da Lei Complementar Estadual nº 057, de 06/07/2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO os termos dos artigos 200 a 212 da citada Lei Complementar nº 057/2006;

CONSIDERANDO que nos autos do procedimento disciplinar preliminar - PDP nº 035/2018-CGMP/PA, instaurado a partir da portaria nº 011/2018-CGMP/PA, apurou-se, em caráter preliminar, a existência de indícios de que o Representante do Ministério Público, Exmo. Sr. Dr. **A. M. de A.**, infringiu, em tese, dever funcional, em razão de indícios de conduta disciplinar censurável, qual seja a prevista no art. 43, II, da Lei nº 8.625/93 e arts. 154, I c/c 166, I todos da LCE nº 057/2006;

CONSIDERANDO o teor da decisão proferida no supracitado procedimento disciplinar preliminar, às fls. 113/117 dos autos, que nos termos do art. 198. §2º, II da LCE nº 057/06, concluiu pela existência de indícios de violação de dever funcional elencado no art. 43, II, da Lei nº 8.625/93 e arts. 154, I c/c 166, I todos da LCE nº 057/2006, determinando que se apure em sede de Processo Administrativo Disciplinar os fatos atribuídos a Representante do Ministério Público;

R E S O L V E:

1. INSTAURAR o devido Processo Administrativo Disciplinar (PAD), em desfavor do Promotor de Justiça de 2ª Entrância, Exmo. Sr. Dr. **A. M. de A.**, matrícula funcional nº 999.337 MP/PA;

2. DETERMINAR:

I - A autuação da presente portaria, que capeará cópia integral dos autos de Procedimento Disciplinar Preliminar referenciado;

II - Que seja imposta ao **Processo Administrativo Disciplinar** instaurado a tarja de caráter **SIGILOSO**, por força do disposto no art. 193 da Lei Complementar nº 057/2006;

III - Que, após a autuação desta portaria, com os documentos que a instruírem, sejam os autos conclusos a este Corregedor-Geral do Ministério Público, para deliberar sobre a instrução probatória, consoante dispõe o art. 202 da LCE nº 057/2006;

IV - Que sejam formados **Autos Suplementares** com todos os atos e termos do Processo Administrativo Disciplinar instaurado, podendo ser em meio digital;

V - Que os Promotores de Justiça de 3ª Entrância, Assessores da Corregedoria-Geral do Ministério Público auxiliem, em conjunto ou isoladamente, o Corregedor-Geral do Ministério Público, durante a instrução probatória do Processo Administrativo Disciplinar (Art. 207 e seu parágrafo único da LCE nº 057/2006);

VI - Que os servidores lotados na Corregedoria-Geral, exerçam, em conjunto ou isoladamente, as funções de secretária(o)/ escrivã(o) do processo administrativo disciplinar, independentemente de termo de afirmação ou compromisso, por serem servidores públicos do Órgão (Art. 189 e seu parágrafo único da LCE nº 057/2006).

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, em 20 de agosto de 2018.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA

Procurador de Justiça

Corregedor-Geral do Ministério Público.

Protocolo: 353596

PORTARIA Nº 488/2018-MP/SGJ-TA

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 114/2018-MP/PGJ, de 12 de janeiro de 2018,

CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 746/2018-CGMP/PA, datado de 18/5/2018, autuado sob o Processo nº 0124/2018-SGJ-TA;

CONSIDERANDO os termos do Parecer nº 025/2018-ASS/SGJ-TA, datado de 15/6/2018, acolhido *in totum*;

CONSIDERANDO os termos do Of. nº 03/2018/CPAD/MP, datado de 26/6/2018, por meio do qual o servidor Adauto Ferreira de Azevedo Neto requer sua substituição na Presidência do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria nº 456/2018-MP/SGJ-TA, de 18/6/2018, publicada no Diário Oficial do Estado de 19/6/2018, acolhido *in totum*;

CONSIDERANDO que é dever da Administração a apuração de irregularidades no serviço público, conforme prescrito no art. 199 da Lei Estadual nº 5.810, de 24/1/1994,

R E S O L V E:

I - TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 456/2018-MP/SGJ-TA, de 18/6/2018, publicada no Diário Oficial do Estado de 19/6/2018.

II - INSTAURAR Processo Administrativo Disciplinar objetivando apurar eventual irregularidade praticada pela ex-servidora registrada sob a Matrícula nº 999.1705, ocupante do cargo de Assessor Especializado de Apoio Técnico-Operacional Judicial e Extrajudicial.

III - DESIGNAR os servidores estáveis ANDRÉ LEÃO ROCHA (Presidente), ALICE RAFAELA RODRIGUES DE AZEVEDO e ALYSSON JOSE LEAL TRINDADE (Membros) para comporem a Comissão do presente Processo Administrativo Disciplinar, visando apurar as possíveis irregularidades cometidas, constantes do supracitado documento.

IV - FIXAR o prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos, assegurando os Princípios Constitucionais do Contraditório e da Ampla Defesa, podendo ser prorrogado o prazo por igual período, como estatui o artigo 208 do referido Diploma Legal.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA,

PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA

Belém, 27 de junho de 2018.

ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO

Subprocuradora-Geral de Justiça,

para a Área Técnico-Administrativa

PORTARIA N.º 548/2018-MP/SGJ-TA

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 114/2018-MP/PGJ, de 12 de janeiro de 2018,

R E S O L V E:

AUTORIZAR o gozo de férias por servidores do Ministério Público do Estado do Pará, conforme quadro:

NOME	Nº DE DIAS	EXERCÍCIO	PERÍODO
ALESSANDRA CRISTINE DE SÁ MEDEIROS	8	2012/2013	11 a 18/6/2014
ALEXANDRE DA SILVA PACHECO	8	2013/2014	2 a 9/7/2014
ANA CLÁUDIA DE NAZARE BARATA AARÃO	30	2012/2013	27/5 a 25/6/2014
ANA CRISTINA DE MACEDO ALVES	23	2013/2014	4 a 26/8/2014
ANA PAULA GAIA LOUREIRO	30	2017/2018	26/6 a 25/7/2018
ARISLY GONÇALVES DE OLIVEIRA PERES	2	2012/2013	24 a 25/6/2014
BÁRBARA JASSÉ CUNHA	12	2017/2018	1º a 12/8/2018
BRENDA FEIO DE OLIVEIRA	4	2016/2017	24 a 27/7/2018
CARLOS ALBERTO PINHEIRO DE OLIVEIRA	30	2013/2014	21/7 a 19/8/2014
CARLOS ALBERTO PINHEIRO DE OLIVEIRA	30	2017/2018	23/7 a 21/8/2018
DAYAN ROBERTO DINIZ E SILVA	30	2011/2012	3/7 a 1º/8/2014
DEIVE HENVerson BORGES DOS SANTOS	9	2017/2018	12 a 20/7/2018
DENISE MAIA CARNEIRO	27	2012/2013	7/7 a 2/8/2014
DIEMIS MANOEL CARDOSO DA SILVA	30	2017/2018	3/7 a 1º/8/2018
DILAELSON REGO TAPAJÓS	30	2012/2013	23/6 a 22/7/2014